

# Plano Nacional para a Juventude

## Síntese do Relatório Intercalar 2018

O Plano Nacional para a Juventude 2018 – 2021, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 114-A/2018 e publicado em Diário da República de 4 de setembro de 2018, constituiu o primeiro documento estratégico que sistematiza políticas, programas, iniciativas e projetos de, para e pela juventude, cuja responsabilidade de execução compete a diferentes áreas governativas, muitas delas exigindo uma partilha de responsabilidades e de recursos de várias entidades de âmbito nacional, regional e local.

Assumindo, na sua génese, a transversalidade das políticas da juventude e o reforço da proteção especial dos direitos das pessoas jovens (Constituição da República Portuguesa, nº 1, artigo 70º), o PNJ está estruturado por níveis de importância e prioridades associadas às diferentes áreas da juventude.

O documento está organizado por **duas grandes dimensões** (Domínios-Chave e Temas-Chave), que integraram, cada uma delas, as políticas trabalhadas e analisadas ao longo do processo de recolha de informação e auscultação.

Assim, a dimensão **Domínios-Chave** integra as áreas Educação Formal e Não Formal, Emprego, Habitação e Saúde e a dimensão **Temas-Chave** agrega as áreas do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Governança e Participação e Igualdade e Inclusão Social.

Tendo em consideração o empenhamento de diversas áreas governativas na construção de um plano de ação sectorial para a juventude, foi determinado dar destaque, também a **Outras áreas relevantes**, correspondendo aos planos de ação setoriais delineados pelas áreas governativas da: Administração Interna, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Cultura, Defesa, Desporto, Justiça e Mar.

Estão definidas prioridades e objetivos estratégicos para cada uma das dimensões, traduzidos em objetivos operacionais para os quais concorrem um conjunto de medidas, cuja execução compete a diferentes áreas governativas, com a respetiva partilha de responsabilidades e de recursos de várias entidades envolvidas no cumprimento das mesmas.

Nos termos do definido naquela Resolução do Conselho de Ministros, o Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.) enquanto entidade coordenadora do Plano Nacional para a Juventude (PNJ) procedeu à avaliação das medidas com metas de execução em 2018, sistematizando o trabalho desenvolvido pelas diferentes entidades públicas com competências de execução, que resultou no Relatório Intercalar que agora se apresenta.

Para o efeito foi efetuada a recolha de informação quantitativa e qualitativa junto das áreas governativas e entidades envolvidas, através de documento em formato Excel – instrumento de recolha de informação / avaliação das medidas - que, para além

## Plano Nacional para a Juventude

daqueles dados, pretendeu recolher informação relativa ao estado de execução das medidas e eventuais dificuldades à sua execução.

A análise quantitativa e qualitativa da execução do PNJ foi efetuada sequencialmente, medida a medida e por meta de execução, estruturada por Domínio-Chave, Tema-Chave e Plano de Ação Sectorial, de acordo com a organização do próprio Plano.

Partindo da lista inicial das Áreas Governativas / entidades envolvidas no PNJ, o relatório intercalar 2018 foi elaborado com base nos elementos recebidos pelos seguintes parceiros:

<b>Ministério da Educação</b>	Direção-Geral da Educação
	Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência
	ANQEP, I.P.
<b>Ministério da Administração Interna</b>	Guarda Nacional Republicana
	Polícia de Segurança Pública (PSP)
<b>Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural</b>	Gabinete do Ministro da AFDR
<b>Ministério do Ambiente e Transição Energética</b>	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente
<b>Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</b>	Gabinete do Ministro CTES
<b>Ministério da Cultura</b>	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
<b>Ministério da Defesa Nacional</b>	Divisão de Incentivos e reinserção Profissional
	Direção Geral de Recursos de Defesa Nacional
<b>Ministério da Economia</b>	Ministério da Economia
<b>Ministério das Finanças</b>	Departamento de Política Europeia do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
<b>Ministério da Justiça</b>	Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
<b>Ministério dos Negócios Estrangeiros</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Ministério do Mar</b>	Direção Geral de Política do Mar (DGPM)
<b>Ministério da Presidência e Modernização Administrativa</b>	Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG)
	Alto Comissariado para as Migrações (ACM)
<b>Ministério da Saúde</b>	Ministério da Saúde
	Direção Geral da Saúde
<b>Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social</b>	Emprego (IEFP)
	Segurança Social
	Inclusão da pessoa com deficiência
	Instituto Nacional para a Reabilitação

# Plano Nacional para a Juventude

Não recebemos reporte das seguintes Áreas Governativas / entidades envolvidas:

Ministério da Educação	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
Ministério do Planeamento e das Infraestruturas	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Ministério da Presidência e Modernização Administrativa	Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Foi ainda recolhida informação junto dos serviços internos do IPDJ, nomeadamente, Departamento da Juventude, Departamento do Desporto, Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais, Plano Nacional de Ética no Desporto e Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional.

Cumprindo ainda com o estipulado, este Relatório Intercalar foi alvo de análise por parte da Comissão de Acompanhamento do PNJ, constituída por representante do IPDJ, I.P., que preside, do Conselho Nacional de Juventude, da Federação Nacional de Associações Juvenis e por personalidade de reconhecido mérito no sector, designado por membro do Governo responsável por esta área – Doutora Magda Lalanda Mira Nico.

## Domínios – Chave

### Educação Formal e Não Formal

**Prioridade:** *Garantir a efetivação do direito ao ensino e à educação numa perspetiva holística e inclusiva, designadamente aproximando os domínios das não formal e informal ao sistema educativo formal, centrando-se no desenvolvimento e reconhecimento de competências, com vista à integração das pessoas jovens na vida ativa e ao exercício da cidadania e da participação cívica, considerando as suas condições específicas.*

O domínio da Educação Formal e Não formal apresenta-se como uma área de grande importância atendendo à sua abrangência e à transversalidade na vida de cada cidadão/ã.

Enquanto direito constitucional adquirido, a educação, é um processo constante, e a conjugação dos diferentes tipos de educação, de aprendizagens, de conhecimentos ao longo da vida formam o/a cidadão/ã, enquanto ser único.

No âmbito do PNJ, e salvaguardando a importância da educação formal no processo formativo dos/as jovens, pretende-se promover a valorização e o reconhecimento das aprendizagens não formais e informais na certificação das/os estudantes, conscientes da sua influência no desenvolvimento escolar, pessoal, social, cultural, entre outros, de cada pessoa.

O domínio da Educação Formal e Não formal integra um total de 24 medidas com execução em 2018, promovidas e dinamizadas por diferentes Áreas Governativas, concretamente: MEDU, MTSSS, MPMA, MCTES, MC, MNE, MM, ME, MPI e MATE.

## Plano Nacional para a Juventude

Destas 24 medidas, e com base nos dados reportados, constatamos que 15 foram *concluídas*, estando por isso, executadas, 1 considera-se *parcialmente concluída*, não existindo informação relativa a alguns dos indicadores definidos e 5 encontram-se com execução *em curso*, sendo que, de uma delas (medida 25), ainda não existe, à data, informação consolidada. Apenas 3 se encontram, *por iniciar*, ou seja, ficaram sem qualquer execução.

Podemos, assim, considerar que o nível de execução das medidas no âmbito deste Domínio-Chave, foi bastante satisfatório.

O Gráfico abaixo permite uma leitura mais acessível da situação (estado) em que se encontram as medidas com metas de execução em 2018:

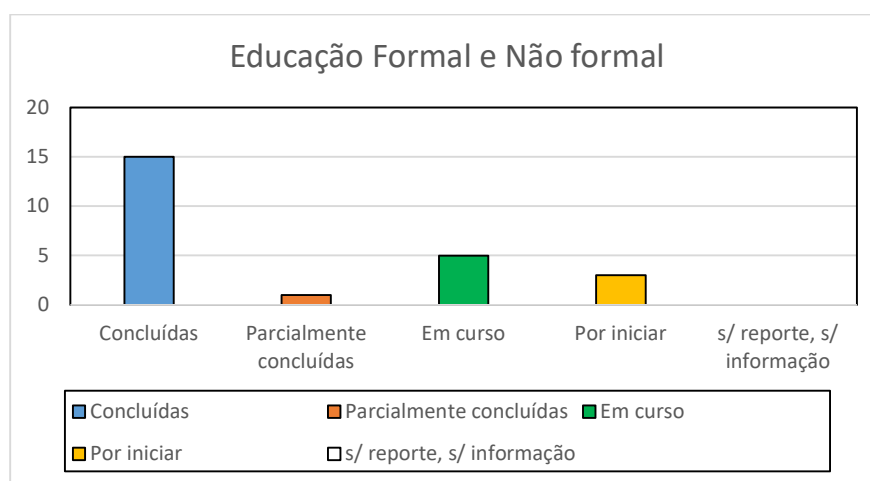


Gráfico 1. – Educação Formal e Não Formal – Estado das medidas com meta em 2018

## Emprego

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito ao emprego digno e inclusivo, generalizando um mais rápido e melhor acesso ao primeiro emprego e combatendo a precaridade, com vista à sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens.

O desemprego e o acesso ao 1º emprego constituem duas das grandes preocupações das/os jovens portugueses, de acordo com estudos recentes. Estas são, também, preocupações do Governo que tem vindo a desenvolver medidas e programas que contribuam para inverter esta situação, facilitando os respetivos processos de integração.

Assim, tendo como objetivo a eliminação de barreiras no acesso ao emprego e formação profissional dos jovens foram definidas, o PNJ, e no Domínio-Chave Emprego um total de 12 medidas / atividades, com metas definidas para 2018, promovidas pelas seguintes Áreas Governativas: MTSSS, MEDU, MNE, MF e ME.

## Plano Nacional para a Juventude

Destas 12 medidas, 8 foram *concluídas*, estando por isso, executadas, 2 consideram-se *parcialmente concluídas*, correspondendo a medidas que apresentam dados provisórios, uma vez que o seu nível de execução só será apurado em março de 2019 (medida 35 e 36), 1 encontra-se com execução *em curso* e apenas 1 não foi executada, encontrando-se *por iniciar*.

Assim, podemos observar que o nível de execução das medidas no âmbito deste Domínio-Chave, foi bastante satisfatório, tal como pode ser verificado no gráfico abaixo, que mostra a situação (estado) em que se encontram as medidas, com metas de execução em 2018.

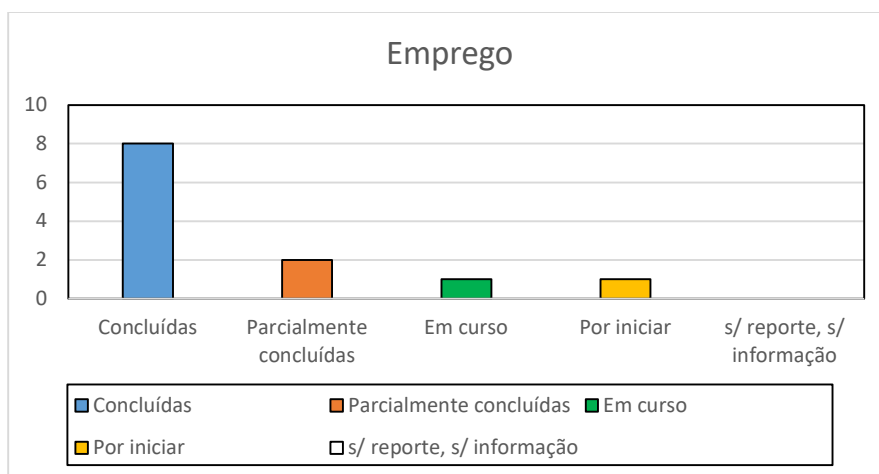


Gráfico 2. – Emprego – Estado das medidas com meta em 2018

### Habitação

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito à habitação, garantindo o acesso das pessoas jovens a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, contribuindo para a sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens e para um maior grau de liberdade na mobilidade estudantil, profissional e familiar.

A habitação, ou o acesso a ela, é outra das preocupações das/os jovens em Portugal, a qual está diretamente relacionada com as problemáticas do desemprego, do trabalho precário e dos elevados custos da habitação (quer para compra, quer para arrendamento). Esta situação tem reflexos decisivos na independência dos jovens, bem como na sua estabilidade pessoal e familiar.

Com o objetivo de promover e facilitar o acesso à habitação a todas as pessoas jovens e, conseqüentemente, a sua autonomia, foram incluídas no PNJ, um conjunto de medidas, sendo que, apenas 4, tinham execução em 2018 e como responsáveis o MATE e o MEDU.

## Plano Nacional para a Juventude

Das 3 medidas não executadas, 1 está relacionada com publicação tardia do diploma legal que cria o Programa de Arrendamento Acessível (M. 48), tendo-se sugerido a sua transposição para 2019; 1 resultou do entendimento das entidades envolvidas em adiar a ação para 2019, contemplando novos conteúdos formativos (M.51) e a última, pode ser justificada a sua não execução, por não ter meta definida no PNJ (M.52).

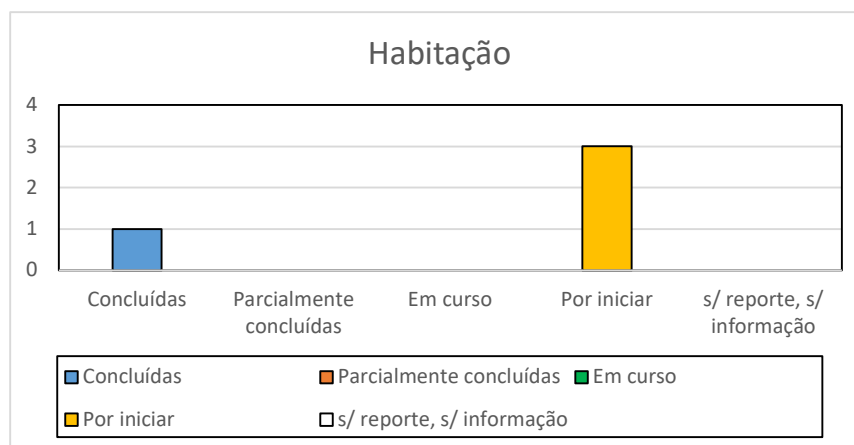


Gráfico 3. – Habitação – Estado das medidas com meta em 2018

## Saúde

**Prioridade:** Garantir a efetivação do direito à saúde, tendo em consideração as dimensões bio-psico-sociais particulares desta fase da vida na promoção de políticas e programas de saúde e de um estilo de vida saudável

Considerando que, nas primeiras décadas de vida, se assiste a uma multiplicação progressiva de desafios decorrentes dos processos de socialização, o bem-estar e a saúde da população jovem adquirem uma importância particular, nesta fase, exigindo-se dos serviços respostas adequadas e adaptadas aos contextos de vida e às suas necessidades.

Do ponto de vista da saúde interessa, também nos jovens, apoiar, educar, proteger e prevenir, contribuindo para o seu desenvolvimento saudável e bem-estar, presente e futuro.

Para garantir o efetivo direito à saúde estão inscritas no PNJ um conjunto de medidas / atividades, dirigidas a jovens, sendo que apenas 5 têm execução em 2018 e como promotores as seguintes Áreas Governativas: MEDU, MS, MAI e ME.

Das 5 medidas que integram o Domínio-Chave Saúde, 3 foram *concluídas*, estando por isso, executadas, 1 encontra-se com execução *em curso*, estando em fase de finalização a nova proposta de Portaria para o Programa “Cuida-te 2.0”. (M. 57) e 1 não foi executada, encontrando-se *por iniciar* (M. 61).

## Plano Nacional para a Juventude

Constata-se, assim, um nível de execução das medidas no âmbito desta Domínio-Chave, quase total.

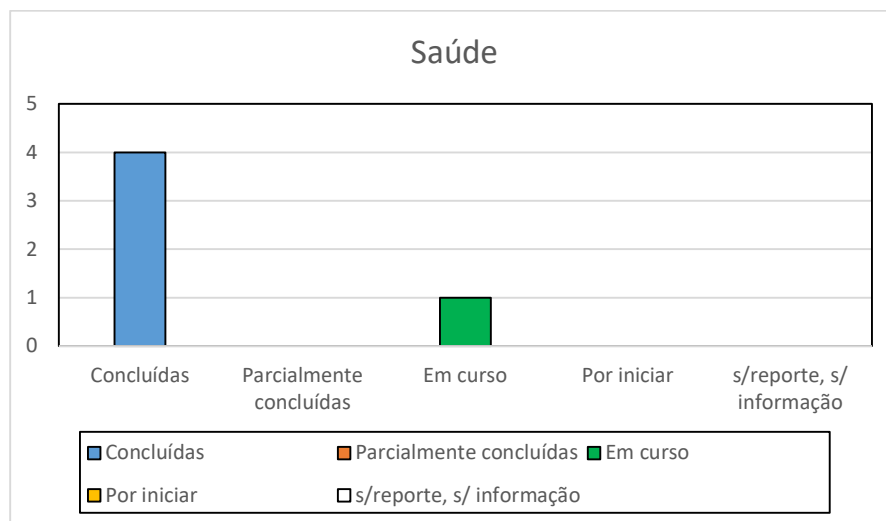


Gráfico 4. – Saúde – Estado das medidas com meta em 2018

## Temas – Chave

### Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**Prioridade:** Garantir o envolvimento e a participação das pessoas jovens no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, assegurando, da mesma forma, que estes encontram ações, medidas e objetivos inclusivos desenvolvidos para e com pessoas jovens, monitorizando e avaliando o seu impacto na juventude.

Um dos grandes desafios que as sociedades enfrentam, atualmente, consiste na preservação do Ambiente, assente num modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Educar para o desenvolvimento sustentável é, pois, um investimento no futuro e, aqui, os jovens têm um papel importantíssimo, enquanto agentes de mudança de mentalidades, de comportamentos e de atitudes face ao ambiente, criando um mundo mais seguro e mais saudável, com reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações.

Torna-se, por isso, imprescindível promover, nos jovens, uma cultura de cidadania (consciente, dinâmica e informada) e a participação cívica ativa, face às problemáticas ambientais da atualidade.

No âmbito do PNJ estão inscritas medidas / atividades que visam a participação e o envolvimento dos jovens nesta área, num total de 6 medidas com execução em 2018, e que envolvem as seguintes Áreas Governativas: MEDU, MAI, MATE e MAFDR.

## Plano Nacional para a Juventude

Das 6 medidas que integram o Tema-Chave Ambiente e Desenvolvimento, 5 foram executadas, estando por isso, *concluídas* e 1 não foi executada, encontrando-se *por iniciar* (M. 70), situação justificada por não se ter conseguido reunir as condições adequadas para o efeito, transitando assim, a sua execução para 2019.

Podemos considerar que o nível de execução das medidas no âmbito deste Tema-Chave, foi bastante satisfatório.

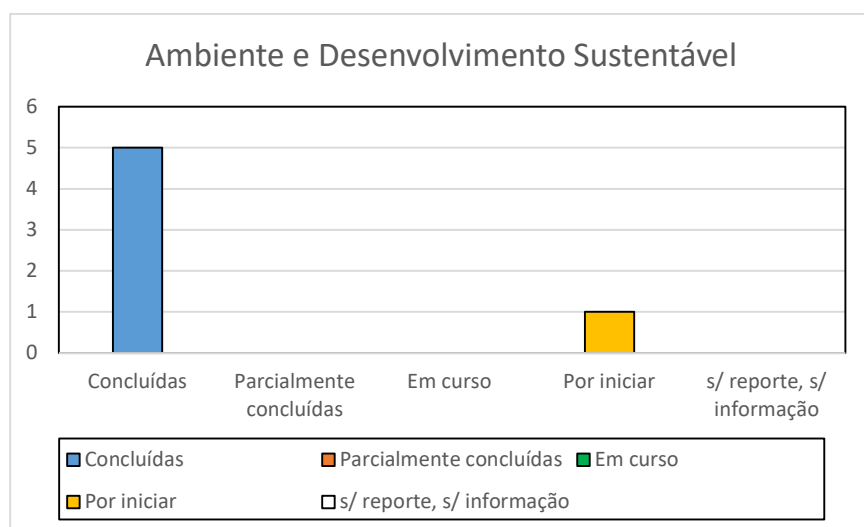


Gráfico 5. – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Estado das medidas com meta em 2018

## Governança e Participação

**Prioridade:** Promover práticas de governança multinível, inclusivas, participadas e participativas, com vista ao reforço institucional das políticas de juventude.

As atuais formas de exercício da cidadania exigem a aproximação dos cidadãos às políticas públicas, participando ativa e diretamente em determinadas decisões políticas, que salvaguardem os interesses das partes.

Esta abordagem implica que os cidadãos, e neste caso concreto os jovens, se envolvam na discussão e planeamento de serviços públicos, enquadrem os problemas e participem nas soluções, com o objetivo de melhorarem a sociedade onde vivem.

No âmbito do PNJ, definiram-se medidas / atividades de incentivo aos jovens a serem mais interventivos, de exercerem os seus direitos, mas também os seus deveres e responsabilidades para com o bem comum.

Das 32 medidas que integram o Tema-Chave Governança e Participação, 25 foram *concluídas*, estando por isso, executadas, 1 considera-se *parcialmente concluída*, por se entender que só estará concluída após relatório final com prazo de elaboração em



## Plano Nacional para a Juventude

março de 2019, 4 encontram-se com execução *em curso*, correspondendo 2 delas a medidas que implicam o envolvimento de escolas e, por isso sujeitas ao calendário letivo (M. 85 e 86), 1 implica a elaboração de um protocolo entre entidades (M. 90) e a quarta, tratando-se da dinamização de Conselhos Municipais de Juventude, está permanentemente *em curso* (M. 96).

Apenas 2 medidas se encontram, *por iniciar* (M. 99 e M. 100), por não se ter conseguido reunir as condições adequadas à sua execução em 2018. Serão as mesmas concretizadas em 2019.

De referir ainda que, das 32 medida, 25 tinham como entidade responsável pela sua execução o IPDJ, e destas, 20 foram concluídas.

Podemos considerar que o nível de execução das medidas no âmbito desta Tema-Chave, foi bastante satisfatório.

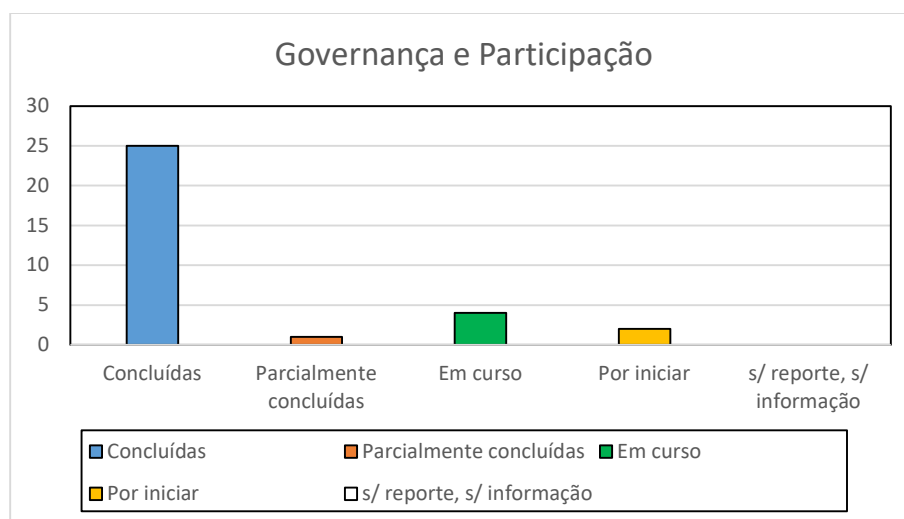


Gráfico 6. – Governança e Participação – Estado das medidas com meta em 2018

## Igualdade e Inclusão Social

**Prioridade:** Promover a efetivação do direito à igualdade e inclusão social de todas as pessoas jovens, combatendo a exclusão social e todas as formas de desigualdade e discriminação.

O tema da Igualdade e Inclusão Social está intimamente relacionado com direitos humanos e igualdade de oportunidades exigindo-se, por isso, a definição de medidas que garantam a participação igualitária por todas as pessoas, em todas as esferas da sociedade: saúde, educação, habitação, trabalho, etc.

A inclusão social é fundamental para diminuir as desigualdades e a exclusão social e construir uma sociedade mais justa, cabendo a cada um de nós uma quota-parte de responsabilidade neste desígnio.

## Plano Nacional para a Juventude

É com esta perspetiva que o PNJ integra medidas / atividades, dirigidas aos jovens, que promovem o respeito pela diferença, que criam acessibilidades e oportunidades e garantem a participação social, a vivência e a convivência na diversidade, cuja execução é da responsabilidade das seguintes Áreas Governativas: MTSSS, MEDU, MPMA, MJ, MCTES, MAI e MNE.

Das 18 medidas que integram o Tema-Chave Igualdade e Inclusão Social, 14 foram *concluídas* estando, por isso, executadas e 4 encontram-se com execução *em curso*, uma (M. 137), por ser uma atividade que decorre no ano letivo 2018/2019, pelo que terminará em junho 2019; 2 por se encontrarem em processo de análise, o protocolo a firmar entre a CIG e a DGAEP (M. 143) e a proposta de produção de orientação técnica para a intervenção com crianças e jovens enquadrados na RNAVVD (M. 150) e a última por se terem iniciado os trabalhos apenas em dezembro de 2018.

Podemos considerar que o nível de execução das medidas no âmbito desta Tema-Chave, foi bastante satisfatório.

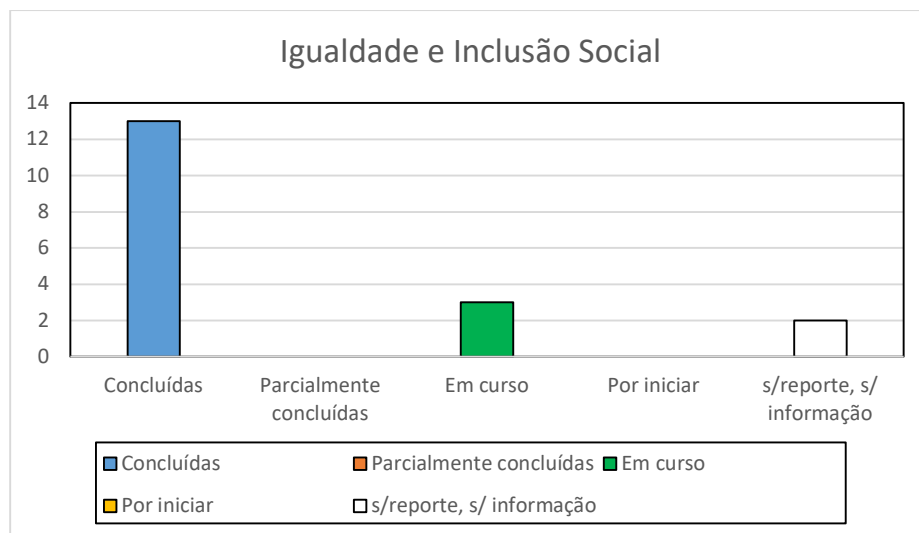


Gráfico 7. – Igualdade e Inclusão Social – Estado das medidas com meta em 2018

## Outras Áreas Relevantes

**Prioridade:** Promover a transversalidade das políticas de juventude em todas as áreas governativas.

Com a prioridade comum de promover a transversalidade das políticas da juventude em todas as áreas governativas, estas áreas relevantes, correspondem a planos de ação sectoriais delineadas pelas seguintes áreas governativas: administração interna; agricultura, florestas e desenvolvimento rural; cultura; defesa; desporto; justiça e mar.

# Plano Nacional para a Juventude

## Administração Interna

Das 10 medidas que integram o Plano de Ação Sectorial da Administração Interna, 8 foram *concluídas* estando, por isso, executadas e as outras 2 medidas (M. 167 e 168) foram avaliadas como estando *em curso*, uma vez que não existem dados do ano anterior, tornando-se impossível avaliar a execução das respetivas metas, que definiam um aumento de 10% de nº de concorrentes e de 5% de nº de Clubes de Proteção Civil constituídos e com atividade, respetivamente.

Podemos considerar que o nível de execução das medidas no âmbito deste Plano de Ação Sectorial, foi bastante satisfatório.

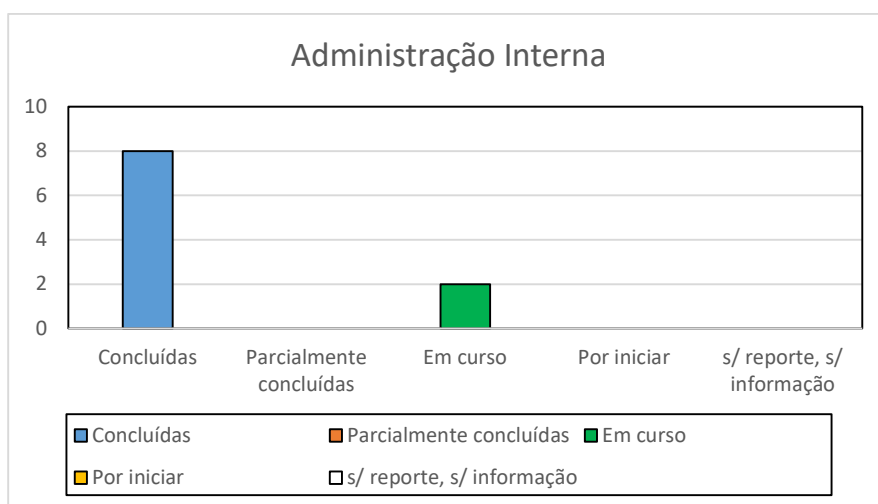


Gráfico 8. – Administração Interna – Estado das medidas com meta em 2018

## Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Das 10 medidas, com execução em 2018 da responsabilidade da Área Governativa MAFDR, que integram o Plano de Ação Sectorial da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, apenas 1 foi *concluída / executada*, 6 medidas encontram-se *em curso* e 3 não foram executadas, estando *por iniciar*, perspetivando-se a execução de cada uma delas para 2019.

Constatamos, assim, que o nível de execução destas foi muito pouco satisfatório, uma vez que apenas 1 medida está concluída.

## Plano Nacional para a Juventude

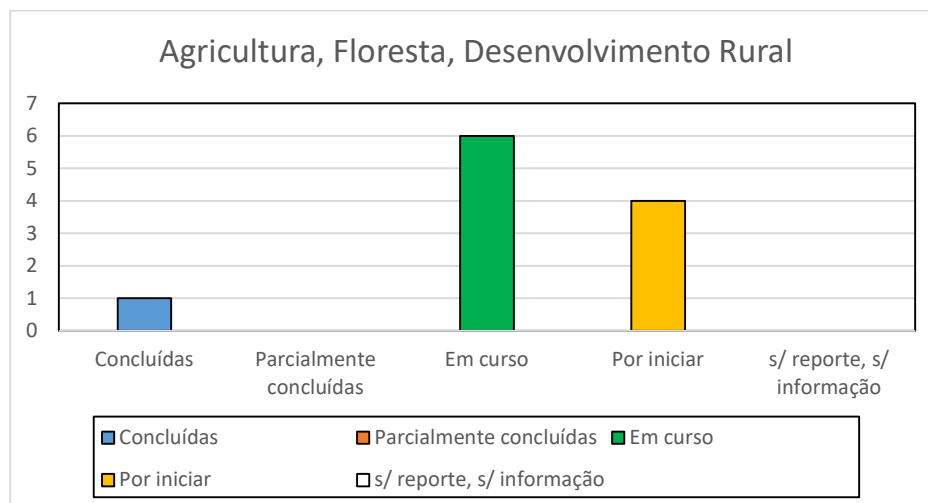


Gráfico 9. – Agricultura, Floresta, Desenvolvimento Rural – Estado das medidas com meta em 2018

### Cultura

Com responsabilidade de execução do MC e do MEDU, as 11 medidas que integram o Plano de Ação Sectorial da Cultura, com metas a 2018: 5 foram executadas, estando, por isso, *concluídas*, 2 estão *parcialmente concluídas*. Uma das 2 medidas que estão *em curso*, pese o seu estado, já é possível aferir que superou a meta para 2018.

Podemos considerar que o nível de execução destas medidas foi bastante satisfatório, tal como podemos verificar o gráfico abaixo.

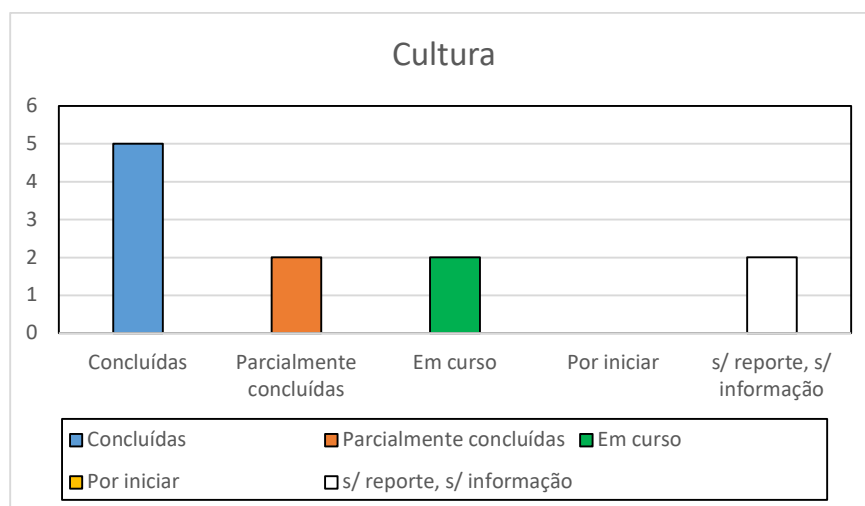


Gráfico 10. – Cultura – Estado das medidas com meta em 2018

### Defesa

## Plano Nacional para a Juventude

Da responsabilidade do MDN, MEDU, ME e MTSSS, as 13 medidas com execução em 2018, que integram o Plano de Ação Sectorial da Defesa: 8 foram executadas, estando, por isso, *concluídas*, 2 estão *parcialmente concluídas*, na medida em que a meta definida para 2018 não foi cumprida, 1 encontra-se *em curso* e 2 não foram executadas, encontrando-se *por iniciar*.

Podemos considerar que o nível de execução das medidas no âmbito deste Plano de Ação Sectorial, foi satisfatório.

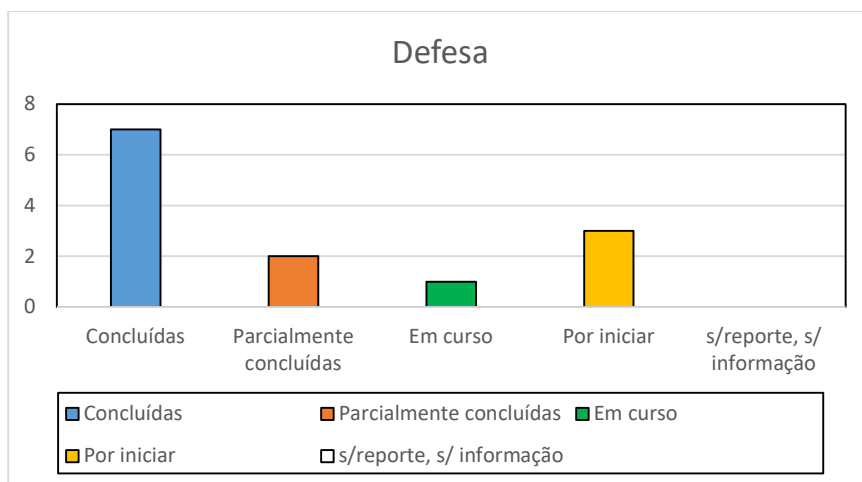


Gráfico 11. – Defesa – Estado das medidas com meta em 2018

## Desporto

Das 13 medidas, com execução em 2018 pelas Áreas Governativas do MEDU e do MCTES, que integram o Plano de Ação Sectorial do Desporto, 12 foram executadas estando, por isso, *concluídas* e 1 medida (M. 216) ficou *por iniciar*.

Perante os dados apresentados este Plano de Ação Sectorial teve um nível de execução de quase 100%, como pode ser verificado no gráfico abaixo.

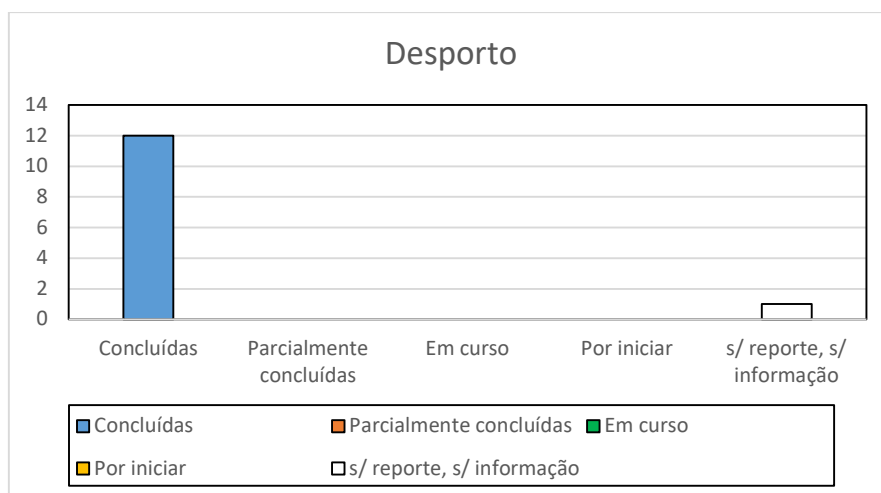


Gráfico 12. – Desporto – Estado das medidas com meta em 2018

# Plano Nacional para a Juventude

## Justiça

Das duas medidas, com metas de execução em 2018 da responsabilidade do MJ, que integram o Plano de Ação Sectorial da Justiça, 1 foi executada, estando *concluída* (medida 232) e 1 encontra-se *em curso* estando a ser desenvolvidas diligências com vista à criação de uma plataforma informática de registo único e integrado, de âmbito nacional, de processos relativos a crianças e jovens, abrangendo aos CPCJ, o Ministério público e os Tribunais (medida 229).

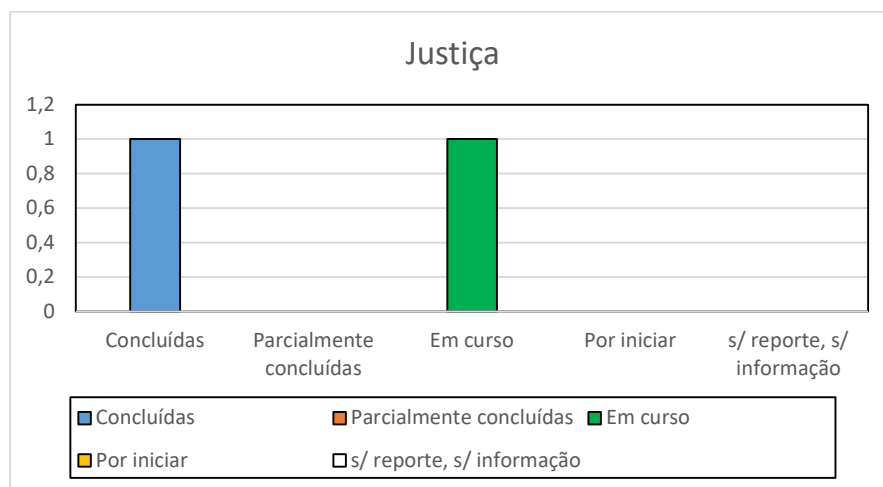


Gráfico 13. – Justiça – Estado das medidas com meta em 2018

## Mar

Das 11 medidas, que integram o Plano de Ação Sectorial do Mar, com execução em 2018 e que envolviam o MM, o MCTES e o MEDU, foram todas executadas, estando, por isso, *concluídas*. De salientar que a maioria destas medidas / atividades são dirigidas a escolas sendo, por isso, organizadas em função do calendário letivo, neste caso concreto 2018/2019. Assim, apesar das metas já terem sido cumpridas e, por essa razão, se considerarem *concluídas*, as medidas mantêm-se em curso até final do ano letivo.

Neste sentido, as medidas inscritas no âmbito deste Plano de Ação Sectorial, foram executadas a 100%.

## Plano Nacional para a Juventude

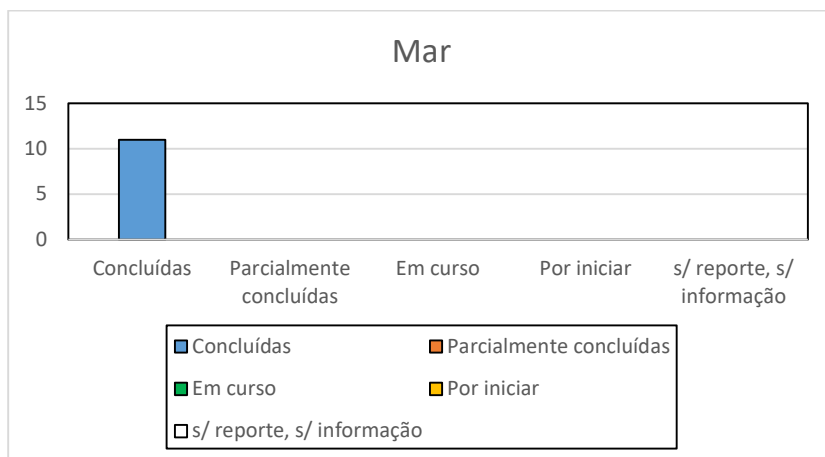


Gráfico 14. – Mar – Estado das medidas com meta em 2018

## Plano Nacional para a Juventude

### Análise Global

Para a análise global da execução das medidas do PNJ, foram elaborados os quadros-síntese que se apresentam seguidamente, organizados por Domínios, Temas e Outras Áreas Relevantes / Planos de Ação Sectoriais.

Nestes quadros pode ser observado o estado de execução da totalidade das medidas inscritas no PNJ, com metas a 2018.

Domínios - Chave	Medidas com execução 2018					Observações
	Nº total	concluídas / executadas	Parcialmente concluídas	Em curso	Por iniciar (n/ executadas)	
Educação Formal e Não Formal	24	15	1	5	3	
Emprego	12	8	2	1	1	
Habituação	4	1			3	
Saúde	5	3		1	1	

Temas - Chave	Medidas com execução 2018					Observações
	Nº total	concluídas / executadas	Parcialmente concluídas	Em curso	Por iniciar (n/ executadas)	
Ambiente e Desenvolvimento	6	5			1	
Governança e Participação	32	25	1	4	2	
Igualdade e Inclusão Social	18	14		4		

Outras Áreas Relevantes Planos de Ação Sectoriais	Medidas com execução 2018					Observações
	Nº total	concluídas / executadas	Parcialmente concluídas	Em curso	Por iniciar (n/ executadas)	
Administração Interna	10	8		2		
Agricultura, Floresta, Desenv. Rural	10	1		6	3	
Cultura	11	5	2	2		medidas 191 e 192 s/ informação disponível à data
Defesa	13	8	2	1	2	
Desporto	13	12			1	
Justiça	2	1		1		
Mar	11	11				



## Plano Nacional para a Juventude

Assim, relativamente ao ano de 2018 podemos afirmar que, **das 171 medidas inscritas, 117 foram executadas encontrando-se, por isso, concluídas, 8 encontram-se parcialmente concluídas** (uma percentagem significativa das tarefas está concluída) e **27 encontram-se, atualmente, em curso**, ou seja, estão em execução as tarefas principais à sua concretização.

**Por iniciar, logo, sem qualquer execução, totalizamos 17 medidas**, um número pouco significativo atendendo à totalidade das medidas, mas que requer uma análise efetiva, para se perceber que constrangimentos foram identificados à sua não execução.

De salientar, também, **2 medidas** sobre as quais a entidade responsável informou não ter dados disponíveis, à data do pedido de reporte.

O gráfico abaixo mostra-nos, de forma mais evidente, o estado das medidas inscritas no PNJ e com execução em 2018.

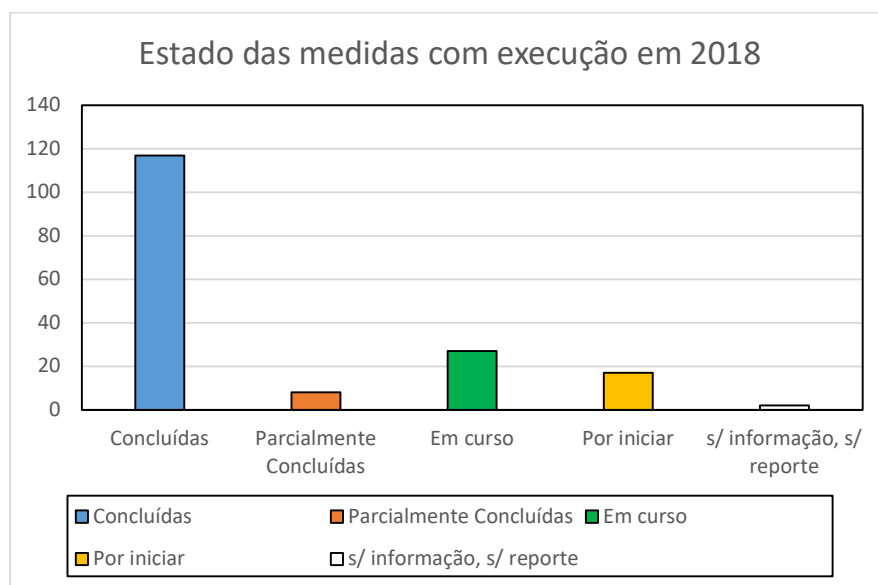


Gráfico 15. – Estado das medidas com metas de execução em 2018

Tal como referido atrás, das 171 medidas com execução em 2018, 117 foram concluídas, até ao final do ano.

Considera-se importante, no entanto, analisar o nível de execução destas medidas, uma vez que as conseguimos categorizar da seguinte forma: “Metas Superadas” - confirmou-se a superação da meta definida; “Metas Cumpridas” - verificou-se o cumprimento da meta definida e “Metas não Cumpridas”, ou seja, apesar de concluídas as medidas, as metas ficaram aquém do definido.

## Plano Nacional para a Juventude

Metas Superadas	Metas Cumpridas	Metas Não Cumpridas
65	29	16
Medidas s/ metas definidas		4
Medidas com dados provisórios		3
<b>Total 117</b>		

Assim, através do quadro acima verificamos que das 116 medidas concluídas, **65 superaram a meta** definida, apresentando resultados que excederam o valor previsto e desejado para cada um dos indicadores, **29 cumpriram com a meta**, apresentando resultados iguais aos valores previstos e **16 não cumpriram com a meta** definida, mostrando valores abaixo do previsto e desejável para o ano de 2018.